

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Enéas, 538 – Centro – Francisco Sá - MG
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80
Fone: (38) 3233-1659



PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de auditoria de certificação do programa Pró-Gestão RPPS.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação acima elencadas faz-se necessária para modernização do Instituto de Previdência, melhorando controle dos ativos e passivos, melhorando a transparência para os segurados e população em geral.

Sendo assim justificamos a contratação de pessoa jurídica para realização dos serviços de certificação, atendendo assim as necessidades do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá – Previbrejo:

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	UND	Qtde
1	Prestação de serviços de auditoria de certificação do Programa Pró-Gestão RPPS.	Serviço	01

3.1 Os serviços serão realizados conforme diretrizes definidas no manual do Pro-Gestão – RPPS da Secretária da Previdência, de acordo com a versão vigente na época da realização dos serviços.

3.2 A certificação terá vigência mínima de 03 (três) anos.

4- FORMAS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. O objeto do presente projeto será prestado de forma remota, nas dependências da empresa contratada.
- 4.2. Os documentos necessários para análise, para certificação deverão ser encaminhados a contratada.
- 4.3. O não cumprimento do disposto no item 4.1 do presente termo acarretará a anulação do empenho bem como a aplicação das penalidades previstas na Lei 8.666/93.
- 4.4. O Instituto de Previdência rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do projeto básico.

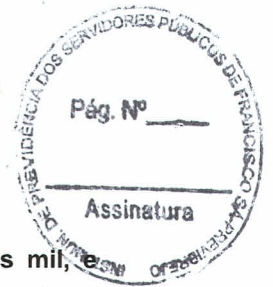
5. VALOR ESTIMADO E VIGÊNCIA

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Enéas, 538 – Centro – Francisco Sá - MG

CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80

Fone: (38) 3233-1659



- 5.1. O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 3.500,00 (tres mil, e quinhentos reais).
- 5.2. O custo menor foi apurado a partir de cotações de preços constante do processo administrativo, conforme orçamentos coletados de empresas especializadas do ramo, conforme o caso.
- 5.3. Os CONTRATATOS gerados terão sua vigência por 12 (doze) meses.

6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 6.1. Os serviços serão recebidos:
 - a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações deste projeto básico.
 - b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do projeto básico, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.
- 6.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.3. O Instituto de previdência rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

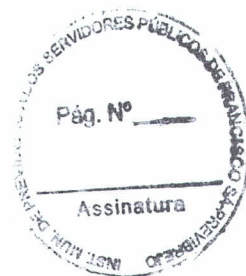
7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A Contratada obriga-se a:
 - 7.1.1. Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições, nos prazos definidos pelo Instituto de Previdência, através dos meios de comunicação definidos, em estrita observância das especificações constantes do projeto básico, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
 - 7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 7.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências do Instituto de Previdência, inerentes ao objeto da presente licitação;
 - 7.1.4. Comunicar ao Instituto de Previdência, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 7.1.5. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Enéas, 538 – Centro – Francisco Sá - MG
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80
Fone: (38) 3233-1659



8.1.A Contratante obriga-se a:

- 8.1.1. Receber provisoriamente os serviços, disponibilizando local, data e horário;
- 8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do projeto básico, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através da diretoria do instituto de Previdência;
- 8.1.4. Enviar a empresa contratada documentação necessária para realização dos serviços
- 8.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9. MEDIDAS ACAUTELADORAS E GARANTIA

9.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

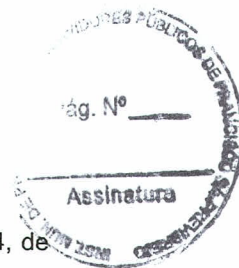
- 10.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da do Instituto de Previdência, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência ao Instituto.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1.As sanções administrativas serão impostas fundamentadamente nos termos da Lei nº 8.666/93.
- 11.2.Independente da sanção aplicada, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, ainda, a rescisão contratual, nos termos previstos na Lei nº. 8.666/93, bem como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados à CONTRATANTE.
- 11.3.A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ - MG

Rua Capitão Enéas, 538 – Centro – Francisco Sá - MG
CNPJ sob Nº. 03.133.862/0001-80
Fone: (38) 3233-1659



procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas dessa contratação serão suportada pela dotação orçamentária:

03.001.001. 09.122.0002 2132-3.3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS
PESSOA JURÍDICA 105 - Taxa de Administração do RPPS

Francisco Sá, 15 de janeiro de 2021.

Elvis Henrique Ruas Rodrigues
Diretor Executivo - PREVIBREJO
Elvis Henrique Ruas Rodrigues
Diretor Executivo - Previbrejo